



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

Processo n.º 15/2020;

Modalidade: Pregão Presencial 12/2020;

Edital n.º 12/2020;

Tipo: Menor Preço;

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Modificação e Extensão de Rede Elétrica, para atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo-MG

I DAS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao edital oferecida por Ribeiro Barroso Construções Elétricas LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.799.599/0001-82.

Aduz a Impugnante, em síntese, que:

- a) O edital traz em seu anexo I, Termo de Referência, planilha com valores estimados totais, para cada um dos 11 (onze) itens integrantes do objeto da licitação, sem, contudo, apresentar a planilha de custos detalhada, com seus preços unitários, conforme previsão legal;
- b) O edital não traz em seu corpo, como anexo obrigatório, o projeto básico, especificamente no caso do objeto em tela, o anteprojeto, desenho técnico ou croqui dos serviços a serem executados e que em diversos momentos o edital cobra fidelidade ao Projeto Básico e Planilhas orçamentárias, sem contudo, disponibilizá-las como anexo obrigatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

- c) A Administração não indicou o engenheiro eletricista responsável técnico pela elaboração do memorial descritivo do edital, que está sendo considerado Projeto Básico da Licitação.

Requer, assim, o provimento da impugnação a fim de que: a) seja inserido no edital o projeto básico adequado, com os desenhos técnicos e plantas que deram origem à descrição do objeto da licitação; b) seja apresentado o responsável técnico engenheiro eletricista que elaborou o memorial descritivo e que deverá elaborar a planilha de custos unitários detalhada e ser o autor do projeto básico (plantas, desenhos técnicos); c) seja remarcada a licitação, a contar da data de disponibilização correta de todos os anexos obrigatórios do edital, nos termos da Lei.

II DA DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital do processo licitatório na modalidade Pregão presencial, disciplinado pela Lei Federal 10.520/2002. Ocorre que, a existência de legislação específica não afasta a aplicação das normas constantes na Lei 8.666/93, que apenas não será aplicada de forma subsidiária nas situações em que se verifiquem a incompatibilidade com a natureza ou com as peculiaridades desta modalidade de licitação.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou-se nos seguintes termos: “À licitação na modalidade pregão, aplicam-se, subsidiariamente, disposições da Lei 8.666/93”. (REsp nº 822.337/MS, 1ª T., rel, Min. Francisco Falcão, j. em 16.05.2006, DJU de 01.06.2006.)

Com efeito, merece destaque o disposto no art. 40, VIII, da Lei 8.666/93, que assim estabelecesse:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

Depreende-se que, da análise do edital, é possível extrair as disposições abaixo transcritas:

11 - Da Impugnação do Ato Convocatório 11.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar por escrito contra o ato convocatório.

11.1.1 - A petição de impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser dirigida ao Pregoeiro e Protocolada no Setor Competente.

19.10 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado do preâmbulo do presente edital.

6 - Da proposta de preços

6.6 Em caso de dúvida, favor entrar em contato por meio do Fone: (34) 3842-5880, ou por e-mail, no endereço: licitacao@montecarmelo.mg.gov.br.

Portanto, pela análise do edital, é possível concluir que foram disponibilizados a todos os interessados os meios necessários para a aquisição de quaisquer informações e documentos relacionados ao certame, aí incluído o próprio projeto básico e a planilha orçamentária com os custos unitários.

Conforme entendimento de Marçal Justen Filho:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

Em se tratando de licitação de obras e serviços, é obrigatória a prévia elaboração do projeto básico, sem cuja existência é inviável a abertura da licitação (art. 7º, § 2º, I). Eventualmente, também o projeto executivo já terá sido elaborado. **As propostas deverão compatibilizar-se com os projetos, motivo pelo qual é imperioso que fiquem à disposição dos interessados. A dificuldade ou a negativa de apresentação desses projetos é causa de nulidade da licitação.** (2005, p. 387)

Nesse aspecto, é importante elucidar que os projetos foram previamente elaborados e, em nenhum momento, houve negativa em apresentá-los. Da mesma forma, não é possível sustentar eventual dificuldade em obtê-los, posto que o edital expressamente indicou telefone para contato e endereço eletrônico para hipóteses de dúvidas ou de esclarecimentos.

Ademais, o próprio art. 40, IV, prevê que o edital poderá se limitar a indicar o local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico e, no presente caso, ainda que a indicação de local para essa finalidade não tenha sido feita de forma expressa, é preciso que: a) se observe as implicações decorrentes do princípio da proporcionalidade, pois é desproporcional e irrazoável acolher as alegações da Impugnante diante da existência de previsão expressa no instrumento convocatório dos meios para obtenção de informações e esclarecimentos; b) se observe a asserção *pas de nullité sans grief*, ou seja, não há nulidade sem dano.

Portanto, não se mostra razoável o requerimento de que deverá ser remarcada a licitação, a contar da data de disponibilização correta de todos os anexos obrigatórios do edital, nos termos da Lei, posto que não restou demonstrada qualquer situação ensejadora de prejuízo e, conseqüentemente, caracterizadora de nulidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

Isso porque deve existir correspondência entre a suposta irregularidade e a finalidade almejada, já que a mera alegação de irregularidade não constitui fundamento bastante para ensejar sua declaração.

Ainda conforme entendimento de Marçal Justen Filho:

(...) não se admite que a invalidade resulte de mera discordância entre o ato concreto e um modelo jurídico. É imperioso agregar um componente axiológico ou finalista. A nulidade evidencia-se como um defeito complexo, em que se soma a discordância formal e a infração aos valores que dela derivam. Então, a discordância é a causa geradora desse efeito, consistente no sacrifício dos valores jurídicos. Sem a consumação do efeito (lesão a um interesse protegido juridicamente) não se configura invalidade jurídica. (...) Daí se segue que a ausência de lesão ao interesse do valor tutelado pelo Direito torna irrelevante a desconformidade entre a conduta concreta e o modelo legal. Nesse caso, poderia reconhecer-se a irrelevância da desconformidade, qualificando-se de mera irregularidade. (2012, p. 776-777.)

A elaboração de projeto básico aprovado pela autoridade COMPETENTE E DISPONÍVEL PARA EXAME DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO, contendo elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o serviço e os recursos necessários, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução, supre as exigências da legislação vigente.

Com efeito, permanecem à disposição dos interessados, para consulta, extração de cópias ou envio por meio eletrônico:

- a) Projeto Básico da Alameda Paquistão;
- b) Projeto Básico da Avenida Engenheiro Heládio Simões;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

- c) Projeto Básico da Avenida Brasil Oeste;
- d) Projeto Básico da Igreja São José;
- e) Projeto Básico da Rua Araguari;
- f) Projeto Básico da Rua da Paciência;
- g) Projeto Básico da Rua da Quadra;
- h) Projeto Básico da Rua da Quadra;
- i) Projeto Básico da Rua Noruega;
- j) Projeto Básico da Rua São José;
- k) Projeto Básico da Rua Suíça;
- l) Projeto Básico da Rua Tomé de Souza;

Também permanecem à disposição para consulta e envio: a) Cópia do cronograma físico-financeiro; b) memorial descritivo, e; c) planilha orçamentária.

Em relação ao responsável técnico engenheiro eletricista que elaborou o memorial descritivo, o qual está devidamente identificado na parte inferior do referido documento, trata-se do Sr. Gilmar Gonçalves S. Junior-ME, inscrito no CREA MG 17.5030/D, e contratado exclusivamente para a elaboração dos projetos básicos, memorial descritivo e planilha orçamentária, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Por sua vez, os custos unitários foram discriminados na Planilha Orçamentária, que também está disponível para consulta no Setor de Licitações ou para envio na forma solicitada.

Também foram disponibilizados todos os documentos no site <http://www.montecarmelo.mg.gov.br/licitacoes> por meio do link: 6



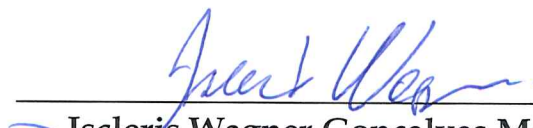
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Secretaria Municipal de Fazenda
Setor de Licitações

<https://onedrive.live.com/?authkey=%21A13wZztDR%5FUp0M&cid=34F9691C6FF4289C&id=34F9691C6FF4289C%211192&parId=root&action=locate>.

Posto nestes termos, conheço da impugnação apresentada, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalteradas as disposições contidas no edital.

Monte Carmelo, 20 de fevereiro de 2020.


Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro